

## Participação do movimento associativo popular na democratização do país

### António Modesto Navarro

#### 1

Vem do século passado a tradição de criação de Associações para união e conjugação de esforços de diversas camadas das populações, ofícios, classes e outros grupos sociais, que assim, perante situações difíceis, procuraram e procuram organizar-se e alterar o meio em que vivem, participando na resolução de problemas e realização de anseios ajudando a criar uma sociedade mais justa e por todos participada.

Afirma-se que a formação de bandas de música foi uma das primeiras manifestações de associativismo em Portugal, após a Revolução Francesa. No entanto, os sinais mais claros de organização popular surgem nos alvares do liberalismo, com a criação de Mútuas, Cooperativas e outras entidades colectivas, que procuraram desde logo concorrer para a alteração de uma situação que então se configurava como fortemente ameaçadora para as classes médias e a generalidade dos trabalhadores.

O ascenso do capitalismo em Portugal, no século passado, teve logo respostas várias da parte das populações atingidas, que através das suas organizações tentavam minorar, por um lado, as dificuldades em que viviam, e, por outro, procuravam intervir, tantas vezes de forma anárquica e mal perspectivada, no próprio processo produtivo e na divisão mais justa dos seus resultados.

Depois de 1872, com a criação da primeira central sindical dos trabalhadores portugueses, a Fraternidade Operária, esta organização multiforme ganhou perspectivas mais avançadas, libertou-se em boa parte do paternalismo de dirigentes reformistas que até então a conduziam e participou activamente na criação de condições para o derrube da monarquia e para a implantação da República. Associações de classe, Sociedades promotoras de ensino e cultura, Colectividades, Centros Republicanos, Bandas, Círculos Musicais, etc., colaboraram e participaram num ascenso popular, nos campos da formação política, da educação e da cultura, que ainda está por estudar numa perspectiva dinâmica e adequada ao seu impacto e resultados.

#### 2

Veio a República e mais Colectividades, Centros Republicanos e Democráticos foram criados, a par de sindicatos e outras organizações de classe, que aprenderam diariamente, até 1926, quanto custava lutar em condições que deviam ser favoráveis e acabavam por se tomar limitativas e até fortemente repressivas dos anseios populares.

Nesta fase da 1.<sup>a</sup> República, muitas organizações populares sofreram as consequências de orientações anarco-sindicalistas e populistas, que as dividiam e confundiam. É conhecida, por exemplo, a orientação anti-partidos e contra a participação na vida política que os anarco-sindicalistas lhes imprimiram, o que ajudou a enfraquecer sectores do movimento associativo popular.

#### 3

Veio o fascismo, em 1926, e com ele acelerou-se a perseguição às organizações políticas, aos sindicatos e às associações de cultura, ensino e recreio, sofrendo grande impacto a criação e o fortalecimento de clubes de futebol e outras «associações» já orientadas para um trabalho de desmobilização e alienação tantas vezes habilmente conduzido, que veio a dar resultados trágicos, transformando grande parte deste povo, durante dezenas de anos, numa maioria sacrificada e destruída na sua identidade cultural, no seu saber, poder de realização e de libertação.

Emigração, obscurantismo, ignorância generalizada, foram alguns dos resultados de uma política que assentava na opressão e na exploração violenta das populações, realizada e conduzida com o apoio da repressão, do poder económico e financeiro e da igreja conservadora, por todo o país.

No entanto, o processo de resistência, a nível popular e da intelectualidade, teve desde logo o desenvolvimento possível, salientando-se a criação da Universidade Popular por Bento de Jesus Caraça e outros intelectuais, a resistência contínua de Colectividades, Centros Republicanos e outras Associações de Cultura e Recreio e o ascenso do movimento associativo estudantil, com particular realce, neste processo, para o Movimento de Unidade Democrática e o MUD Juvenil, desde logo estreitamente ligados às Associações e às camadas que resistiam ao fascismo, infundindo novas perspectivas no movimento popular.

Este processo, longo e violento, teve fases de ascenso e recuso, de perseguições, prisões, proibições e encerramento de Cooperativas, Sindicatos, Colectividades e outras Associações. Muitas bandas de música e outros grupos culturais soçobraram com a repressão, a emigração e a guerra colonial. Depois das «eleições» de 1969, culminando um processo de luta de massas, foi dada a palavra de ordem, pelo Movimento Democrático (CDE), de ida generalizada para os Sindicatos e Colectividades, Clubes e outras Associações,

reforçando-se assim uma frente de luta que viria a propiciar muitas das transformações culturais e políticas que se operaram posteriormente nas camadas e classes da população do país. Assim se criou condições para a participação popular, através de processos sempre difíceis e recheados de violência, como foi por exemplo o cerco e encerramento de Cooperativas Culturais em 1971 e 1972 (que se «fundamentou» num decreto-lei expressamente criado pelo governo fascista, o 520/71), ou o sucessivo encerramento de Colectividades e expulsão de Comissões Culturais, perseguição a sindicatos e outras tentativas de destruição de uma realidade que era imparável e que tinha já expressão a nível do país, tanto no movimento associativo popular como no associativismo das faculdades e outras escolas, fortemente configurada por exemplo na realização de iniciativas culturais e outras de conteúdo já objectivamente politizado.

#### 4

Assim, foi possível reforçar de imediato a acção libertadora dos militares do 25 de Abril de 1974. A primeira Sede política a abrir em Lisboa e no País foi exactamente a Cooperativa Cultural “Esteiros”, que resultava da resistência ao encerramento da Cooperativa Devir, e onde os seus sócios e outros democratas haviam preparado muitas das acções da «campanha eleitoral» de 1973.

A partir de 25 de Abril de 1974, a ligação do Movimento Associativo Popular, Colectividades, Clubes e outras associações, ao processo de destruição do aparelho de estado fascista e eleição de Comissões Administrativas para Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia foi contínua, como foi efectiva na realização de sessões de esclarecimento político e cultural por todo o País, colaborando com outras associações democráticas, partidos políticos e estruturas do MFA na concretização de iniciativas que ajudaram as populações a criar consciência do que efectivamente representavam perante a nova vida que então se abria, alterando o quotidiano de muitos e muitos portugueses que não sabiam sequer qual o conteúdo efectivo da palavra democracia, que então pela primeira vez ouviam.

Ainda só é possível avaliar no mínimo, após dez anos, os efeitos profundos de toda esta realidade associativa que hoje se configura e fortalece ainda mais em milhares de novas Colectividades, Centros Culturais, Clubes, Grupos de Teatro, Cineclubes, Bandas, Corais, Escolas de música e bailado e outras associações de carácter local e regional existentes no país, que beneficiam das liberdades de reunião e associação e que as fundamentam na prática. São uma realidade que escapa a muita gente que toma a cultura apenas por aquilo que sai nos jornais ou que chega à televisão, sem sequer imaginar que hoje, por todo o país, Colectividades e outras Associações, Centros Culturais Regionais e Autarquias recuperam o que resta da verdadeira cultura popular, defendem e projectam o património cultural e natural, constroem novos espaços de cultura, ensino, desporto e recreio, mobilizam populações para a conquista e fruição da cultura nacional e universal a que têm direito, aproximam a intelectualidade democrática das camadas populares, apontam caminhos correctos para a regionalização, conjugam camadas oriundas de regiões subdesenvolvidas para a luta pelo progresso e libertação das suas terras, resistem ao efeito nefasto que os grandes meios de comunicação social exercem de novo sobre a identidade cultural das populações, criam condições para uma efectiva libertação de todos, através da organização, da reivindicação e da luta pelas condições de vida social, cultural e económica a que têm direito.

Prosseguem assim uma tradição de unidade e luta que sempre esteve estreitamente ligada à sua existência e à vida das populações, classes e camadas oprimidas e exploradas.

#### 5

Dez anos de Abril serão ainda poucos para se tomar possível reconhecer na sua grandeza o papel do Movimento Associativo Popular (incluindo aqui muitos Sindicatos e Autarquias) na conquista generalizada da democratização e descentralização da cultura, do ensino e do desporto e na fruição correcta dos tempos livres dos trabalhadores e das populações. Estruturas novas como as Comissões de Trabalhadores e Moradores são tantas vezes odiadas e atacadas, sem se entender que são uma expressão legítima de quem trabalha e vive ainda em condições adversas.

Espelho disto tem sido a evolução e o comportamento do próprio poder central, que deveria respeitar, no mínimo, o que está inscrito na Constituição da República Portuguesa de 1976. Apoiar devidamente o Movimento Associativo Popular não tem nada a ver com a destruição de estruturas de formação de animadores culturais existentes no FAOJ até 1976, com a tentativa de criação dos chamados «Conselhos Regionais de Cultura» no consulado de Vasco Correia Guedes Pulido Valente, que serviriam para jugular os Centros Culturais Regionais mas que ficaram no papel como resultado da acção organizada dos Centros, que, na maior parte, representam muitas dezenas de Associações das regiões em que estão inseridas. Respeitar e aplicar a Constituição não tem nada a ver com um despacho normativo de Lucas Pires saído em finais de 1981, que determinava a subordinação do movimento associativo popular aos presidentes de Câmaras Municipais e governadores civis, para efeito de apoios financeiros, despacho eleitoralista e ditatorial que criou ainda algumas distorções e vícios em certas regiões. Aplicar o que a Constituição determina também nada tem a ver com as dotações mínimas dos sucessivos governos para a cultura, nem com o esvaziamento e burocratização dos Serviços de apoio técnico e financeiro.

Ministério da Cultura, Inatel, FAOJ, DGEA e outros organismos do aparelho de Estado, terão de voltar-se de novo para o apoio dinâmico e eficaz a todo este movimento associativo popular que se configura hoje como um dos esteios principais da vida democrática no nosso país.

As Associações recuperam e defendem a literatura oral, o teatro, a música, o folclore, o artesanato e toda a cultura de raiz popular, como continuam a defender o património e a promover a alfabetização e o ensino, com as Escolas, ou substituindo-as onde elas não existem. Promovem o acesso amplo à prática desportiva e à fruição correcta dos tempos livres. Apoiam as Autarquias nestas frentes e na mobilização das populações para a resolução dos seus problemas e anseios, na saúde, no ensino e noutros sectores da vida social e económica. Participam no poder local através de Conselhos Municipais e outras estruturas. Conjugam vontades para a realização de projectos que, na maior parte dos casos, ainda não obtêm respostas condignas do poder central. Procuram criar vias de acesso popular à cultura nacional e universal. São o antídoto necessário contra o «consumismo» e a manipulação «cultural» que se instala perigosamente entre nós, através de multinacionais e outros grupos, como são o oposto possível ao papel nocivo da televisão e de outros órgãos de comunicação de massas apostados na descaracterização das populações.

Com apoio técnico e financeiro correcto e continuado, todo este vasto movimento associativo criará dinâmicas ainda mais imparáveis nas populações, democratizará estruturas e grupos sociais, conjugará esforços para que se instale definitivamente entre nós a vida democrática amplamente participada que todos desejamos.

Por isso entendemos que vale a pena enunciar esta realidade, em breve traços, para que possa estar presente numa iniciativa dos militares de Abril, mesmo assim, de forma sucinta e ainda pouco organizada.

O Movimento Associativo Popular merece a séria atenção daqueles que se preocupam com a democratização de todos os sectores da vida no nosso País.